

PLANO DE ENSINO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Pessoa, Autonomia e Vulnerabilidades no Direito Civil-Constitucional

Professora: Joyceane Bezerra de Menezes

Créditos: 03 (três)

Carga Horária: 45 h/a

E-mail: joyceane@unifor.br

2. SÍNTESE DE CURRÍCULO

Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Mestrado em Direito Constitucional (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (1995). Graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (1990), Pós-Doutorado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). Pós-Doutorado pela Universidade Mediterranea Regio Callabria - IT (2021). Exerce o magistério superior como professora titular da Universidade de Fortaleza, integrando o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito. É professora titular da Universidade Federal do Ceará - Faculdade de Direito (Departamento de Direito Privado), ministrando as disciplinas de Direito de Família e Direito das Sucessões. Desenvolve projetos de pesquisa e publicações na área de Direito Civil, com ênfase na análise de questões existenciais correlacionadas à pessoa com deficiência, à tutela da personalidade e à família. Experiência na área de Direito Civil. Líder do Grupo de Pesquisa Direito Civil na Legalidade Constitucional. Presidente da Associação As Civilistas. Advogada. joyceane@unifor.br

3. OBJETIVO

Analisar a tutela da pessoa no Direito Civil-Constitucional, com ênfase na centralidade dos direitos da personalidade, na articulação entre autonomia, vulnerabilidade e inclusão, e na proteção da identidade, da privacidade, da autodeterminação informacional e da integridade da pessoa humana em sociedades tecnológicas e transnacionais, à luz da Constituição, dos tratados internacionais de direitos humanos e da jurisprudência dos tribunais superiores e das Cortes Internacionais, especialmente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

4. EMENTA

A tutela da pessoa no direito civil-constitucional: direitos da personalidade e os impactos das novas tecnologias comuns à sociedade global. Autonomia, vulnerabilidade e inclusão da pessoa humana na sociedade tecnológica em perspectiva transnacional. Diálogo entre

os direitos de personalidade, os direitos humanos e fundamentais no contexto das novas tecnologias, da inteligência artificial e da economia digital. Interfaces entre o direito interno, os tratados internacionais e as decisões das Cortes Internacionais de Direitos Humanos, com destaque para a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Desafios à proteção da identidade, da privacidade, da autodeterminação informacional e da integridade da pessoa em sociedades digitais e redes globais.

5. PROGRAMA

	CONTEÚDO DAS AULAS	DATA
1	A centralidade da pessoa no direito civil-constitucional: a ampliação dos direitos de personalidade a partir da Constituição e dos Tratados Internacionais.	
2	Impacto das normas internacionais de direitos humanos e jurisprudência da Corte Interamericana na tutela civil-constitucional da personalidade.	
3	Autodeterminação e direito à busca da felicidade	
4	Balizamento teórico do conceito de vulnerabilidade.	
5	Identidade, igualdade e não discriminação.	
6	Personalidade, gênero e igualdade.	
7	A ampliação da tutela da privacidade na sociedade tecnológica	
8	Neuroprivacidade	
9	Direito ao livre pensamento na era digital.	
10	Apresentação individual dos artigos científicos	
11	Honra e Imagem: <i>deepfake</i> e pornografia de vingança	
12	O direito ao nome e as possibilidades de alteração	
13	A proteção da criança e do adolescente na era digital	
14	Pessoa com deficiência: inclusão, capacidade jurídica e acessibilidade pelas tecnologias assistivas.	

15	Tutela da pessoa após a morte: (in)transmissibilidade dos bens digitais ENTREGA DO ARTIGO FINAL	

6. METODOLOGIA:

A disciplina será desenvolvida sob a metodologia do Direito Civil na Legalidade Constitucional, adotando uma abordagem interdisciplinar, participativa e crítico-reflexiva, que articula os fundamentos do direito privado à centralidade da Constituição e dos direitos humanos. O percurso formativo integrará análise teórica, exame crítico de práticas jurídicas e da jurisprudência recente, visando ao desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais adequadas aos desafios da tutela da pessoa humana na sociedade tecnológica e global. Serão analisados documentos normativos e decisões internacionais que influenciam a ordem constitucional brasileira, evidenciando que os direitos da personalidade, no contexto das novas tecnologias, constituem objeto de proteção transnacional. O percurso metodológico terá como eixo a aprendizagem ativa e a avaliação por competências, mediante aulas expositivas dialogadas, seminários temáticos e estudos de casos nacionais e internacionais, com especial atenção à jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros e das Cortes Internacionais de Direitos Humanos, notadamente a Corte Interamericana.

7. AVALIAÇÃO

Seminário + artigo científico na área de direito de família e sucessões.

Artigo científico — obediência às regras metodológicas pertinentes ao tipo de comunicação científica e atendimento às normas da ABNT.

Seminário: Na etapa destinada aos seminários, o aluno escolherá o assunto que analisará, dentre aqueles arrolados neste programa, realizando a pesquisa com revisão de literatura adequada e a orientação da jurisprudência do STJ e do STF nos últimos cinco anos. Deverá citar, quando cabível, decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Exige-se que o relator possa apresentar as ideias de cada um dos textos indicados, bem como daqueles que vier a coleccionar em sua pesquisa individual, informando a sua conexão com a decisão sob análise. É necessário identificar o pensamento dos autores estudados para, em seguida, problematizar as leituras e levantar pontos de convergência ou divergência com a decisão analisada, favorecendo o debate com a turma. O aluno responsável pelo seminário de cada aula deve: indicar à turma, com uma semana de

antecedência, o(s) texto(s) de sua escolha e a decisão judicial relacionados ao tema, fornecendo-lhe cópia digitalizada. Apresentar um breve roteiro impresso (ou slides) da exposição, acompanhado de referências bibliográficas.

- a) Todos os alunos devem ler os textos indicados pelos expositores e aqueles registrados no plano do curso para a respectiva unidade temática.
 - b) A turma deve contribuir, formulando questionamentos e traçando paralelos entre os textos estudados.
 - c) Todos os alunos devem contribuir com as suas considerações e questionamentos ao longo do seminário.
 - d) Aluno de mestrado deve apresentar um seminário enquanto o de doutorado apresentará dois.
- o Seminário = zero - 2,0.
 - o Artigo científico = zero — 8,0.

8. BIBLIOGRAFIA

AGUSTINA, José Ramon. *Los límites de la privacidad*. Madrid: Edisofer S.L., 2012.

AFFONSO, Filipe José Medon. (Over)sharenting: a superexposição da imagem e dos dados da criança na internet e o papel da autoridade parental. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado Teixeira; DADALTO, Luciana. *Autoridade Parental: dilemas e desafios contemporâneos*. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. [E-book].

ALCALÁ, Humberto Nogueira. The jurisprudence in general international law and the value and impact of the contentious jurisprudence of the InterAmerican Court of Human Rights and the European Court of Human Rights. Disponível em: <<https://publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/viewFile/7826/pdf>>. Acesso em: 18 junho 2025.

ALMEIDA, Vitor. O direito ao sobrenome e a ancestralidade étnica-familiar. In: MENEZES, Joyceane Bezerra; BARBOSA, Fernanda Nunes (Org.). *A prioridade da pessoa no Direito Civil-Constitucional*. Indaiatuba: Editora Foco, 2024. p. 3-24.

BARIFFI, Francisco. SEATZU, Francesco. La convención de la OEA sobre los derechos de las personas mayores y la ratificación del modelo de toma de decisiones con apoyos. Disponível em: <<http://redcdpd.net/revista/index.php/revista/article/view/141>>. Acesso em: 04/02/2021.

CASTRO, Thamis Dalsenter Viveiros de. *Bons costumes no direito civil brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2017.

CIFUENTES, Santos. *Derechos personalísimos*. Buenos Aires: Astrea, 1995.

COLOMBO, Cristiano; FALEIROS JR, José Luiz. *Tutela jurídica do corpo eletrônico: novos desafios ao direito digital*. Indaiatuba: Editora Foco, 2022.

CRUZ, Rodrigo. El derecho al nombre y el derecho de nombrar: contenidos y limites. *ConSciencias Sociales*. Año 15, N° 29, diciembre 2023, pp. 5567. Universidad Católica Boliviana “San Pablo”, Sede Cochabamba.

CUNHA, Paulo Ferreira da. Direitos de personalidade, figuras próximas e figuras longínquas. In: SARLET, Ingo Wolfgang (coord.). *Jurisdição e Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Anuário 2004/2005 da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, Livraria do Advogado Editora, 2006.

DADALTO, Luciana (Org.). *Autoridade parental: dilemas e desafios contemporâneos*. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. [E-book].

DE CUPIS, Adriano. *Os direitos da personalidade*. Lisboa: Livraria Moraes, 1961.

FALEIROS JR., José Luiz de Moura; DENSA, Roberta. (Org.). *Infância, adolescência e tecnologia: O Estatuto da Criança e do Adolescente na Sociedade de Informação*. Indaiatuba: Foco, 2022, p.397-420.

FRAZÃO, Ana. Direito ao livre pensamento na era digital: a necessária proteção das pessoas contra as múltiplas e variadas estratégias de manipulação. MENEZES, Joyceane B; BARBOSA, Fernanda Nunes. In *A prioridade da pessoa no Direito Civil-Constitucional*. Indaiatuba: Editora Foco, 2024, p. 3-24.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/6498>>. Acesso em: 21/01/2025.

LIMA, Daniela Cenci. A datificação da vida privada. *Revista de Direito e as Novas Tecnologias*. vol. 15/2022, Abr - Jun / 2022.

MARQUES, Miguel Ângelo. Controle interno de convencionalidade: uma análise crítica sobre os avanços, limites e desafios à aplicação do instituto no Brasil, em *Revista Direito, Estado e Sociedade*. PUC, Rio, n. 58, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17808/des.0.1623>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARTINS, Guilherme M.; RAMOS, André Luiz Arnt. Da privacidade à proteção de dados pessoais: o julgamento histórico do STF e a MP 954/2020. *Revista dos Tribunais*. vol. 1036/2022 | p. 123 - 139 | Fev / 2022.

MEDON, Filipe. O direito à imagem na era das Deepfakes. *Revista Brasileira de Direito Civil — RBDCivil*. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/438>. Acesso em: 06/02/2025.

MENEZES, Joyceane Bezerra. A capacidade jurídica pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e a insuficiência dos critérios do status, do resultado da conduta e da funcionalidade. *Pensar: Revista de Ciências Jurídicas*. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/7990>. Acesso em: 1 fev. 2019

MENEZES, Joyceane Bezerra. *Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas*. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2020.

MENEZES, Joyceane Bezerra; BARBOSA, Fernanda Nunes. *A prioridade da pessoa humana no Direito Civil-Constitucional: estudos em homenagem a Maria Celina Bodin de Moraes*. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2024.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

PALÁCIOS, Agustina. La configuración de los sistemas de apoyo en el contexto de la accesibilidad universal y los ajustes razonables. Congreso internacional “Madrid sin barreras: Accesibilidad, ajustes y apoyos”. Disponível em: <<https://blogs.comillas.edu/uts/congreso-internacional-madrid-sin-barreras-accesibilidad-ajustes-y-apoyos/>> . Acesso em: 4/02/2021.

PINO, Giorgio. *I diritti della personalità. Profili teorici e prospettive sistematiche*. Bolonha: Editore Il Mulino, 2003.

PROSPERI, Francesco. Rilevanza della persona e nozione di status. *Civilistica.com*. A.2., n.1, 2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/rilevanza-della-persona-e-nozione-di-status/>>. Acesso em: 13/06/2025.

RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje*. Org. Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RODOTÀ, Stefano. *La vida y las reglas. Entre el derecho y el no derecho*. Madrid: Editorial Trotta, 2010.

RODOTÀ, Stéfano. Autodeterminação. In *El derecho a tener derechos*. Madrid: Trotta, 2014, p.231-273.

RODOTÀ, Stefano. *Il corpo giuridificato*. In *Trattato di biodiritto*. RODOTÀ, Stefano; ZATTI, Paolo. Tomo I. Giuffrè Editore: Milano, 2011. p. 51-70.

RODOTÀ, Stefano. *Il diritto di avere diritti*. Itália: Editori Laterza, 2012.

RODOTÀ, Stefano. *Del sujeto a la persona*. In *El derecho a tener derechos*. Madrid: Trotta, 2014.

RODOTÀ, Stefano. *A antropologia do homo dignus*. *Civilistica.com*. Disponível em: <http://civilistica.com/a-antropologia-do-homo-dignus/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ROIG, Rafael Asís. Sobre capacidade y derechos. *Perspectivas actuales de los sujetos de derechos*. AVILÉS, Maria Carmen Barranco, ANGÓN, Óscar Celador y FERNANDEZ, Felix Vaca (Coord.). Madrid: Dikynson S/A, 2014, p.37-56.

ROIG, Rafael Asís. *Sobre discapacidad y derecho*. Madrid: Editorial DYKINSON, S. D.

SILVA, Michael César; BARBOSA, Caio César do Nascimento; GUIMARÃES, Glayder Daywerth Pereira. Influenciadores digitais mirins e (over)sharenting: uma abordagem acerca da superexposição de crianças e adolescentes nas redes sociais. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; FALEIROS JR., José Luiz de Moura; DENSA, Roberta (Org.).

Infância, adolescência e tecnologia: o Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade da informação. Indaiatuba: Foco, 2022. p. 397-420.

SOUZA, Rabindranath Capelo de. *O direito geral de personalidade.* Coimbra: Coimbra Editora, 1995, p.106-157.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; VIOLA, Mario. Tratamento de dados pessoais na LGPD: estudo sobre as bases legais. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2020/05/Teff%C3%A9-e-Viola-civilistica.com-a.9.n.1.2020-2.pdf>>. Data de acesso: 12/08/2020.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; MENEZES, Joyceane Bezerra. Reflexões sobre o conteúdo do princípio do melhor interesse quando aplicado à pessoa idosa. In *Gênero, autonomia e vulnerabilidade: Repercussões jurídicas.* Org. TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; MENEZES, Joyceane Bezerra. Indaiatuba: Editora Foco, 2020.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; MENEZES, Joyceane Bezerra. *Gênero, autonomia e vulnerabilidade: Repercussões jurídicas.* Indaiatuba: Editora Foco, 2020.

TEPEDINO, Gustavo. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. In *Temas de direito civil.* Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

TEPEDINO, Gustavo. O papel atual da doutrina do direito civil entre o sujeito e a pessoa. In *O direito civil entre o sujeito e a pessoa.* Estudos em homenagem a Stefano Rodotà.

